

CULTURAS DE DESENVOLVIMENTO DA BAHIA: UMA ANÁLISE DA VERTENTE ALTERNATIVA BASEADA NA COOPERAÇÃO E NA SOLIDARIEDADE

Gilton Alves Aragão *

Amílcar Baiardi **

Resumo: No presente artigo, foram analisadas vertentes teóricas explicativas da cultura do desenvolvimento sustentável que se apóiam em estratégias baseadas em sistemas de cooperação e de solidariedade, a partir das idéias de Aldo Ferrer, Porter, Putnam e Singer. Em seguida, identificou-se o viés estritamente econômico que está implícito nas estratégias contemporâneas de desenvolvimento do estado da Bahia, constatando-se que o mesmo se inspira em visões diferentes resultando em indicadores sociais não satisfatórios e em elevadas taxas de desemprego, sugerindo a adoção de mecanismos apresentados pelos autores analisados.

Palavras-chave: cultura de desenvolvimento; Bahia; cooperação; solidariedade.

Abstract: In the present paper explanatory theoretical ways of sustainable development culture are analyzed based on strategies of cooperation and solidarity systems, supported by the ideas of Aldo Ferrer, Porter, Putnam and Singer. It was identified the strictly economic bias that is subjacent to the contemporary strategies of development of the state of Bahia, which is inspired by different visions that results in social indicators not satisfactory at all, and in high unemployment rates, suggesting the adoption of tools proposed by the analyzed authors.

Keywords: Sustainable development culture, Bahia; cooperation; solidarity.

* Doutorando em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS. Professor Assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

** Pós-Doutorado em Política de Ciência e Tecnologia, Florença, Itália, 1993-1994 e Doutor em Ciências Humanas, na Área de Economia, UNICAMP, 1983-1986; Professor Titular da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB.

1. Introdução

A política de fomento à industrialização no estado da Bahia, cuja marca tem sido a implantação de grandes empreendimentos com ingentes investimentos em vários setores, principalmente, propiciou o crescimento econômico e transmitiu a imagem de desenvolvimento. Entretanto, quando se observam os indicadores sociais, especialmente, as taxas de desemprego, verifica-se que os benefícios sociais não acompanharam os econômicos. Diante destas evidências, cogita-se de analisar uma via ou uma cultura alternativa para o desenvolvimento sustentável, apoiada em estratégias baseadas em sistemas de cooperação e de solidariedade.

Para tanto, destaca-se inicialmente o argumento de Ferrer¹(1997), de que é necessário reconhecer e valorizar a existência da vias de desenvolvimento composta por estratégias apoiadas nos mecanismos locais, as quais não aceitam de forma determinista a lógica do desenvolvimento estritamente economicista decorrente de uma determinada forma de compreender a globalização. Em continuação comentam-se os principais fundamentos teóricos contidos nas idéias de Porter, Putnam e Singer em apoio à esta visão, destacando os conceitos de agrupamentos, APLs, capital social e economia solidária.

Em seguida, analisa os principais indicadores da economia baiana à luz da via alternativa para o desenvolvimento sustentável, identificando as diretrizes governamentais responsáveis nesta unidade da federação por um elevado grau de concentração espacial e pessoal da renda e um índice de desenvolvimento humano (IDH) situado entre os mais baixos do Brasil, considerando os últimos levantamentos oficiais, e também por elevadas taxas de desemprego.

O material utilizado nesta abordagem exploratória foram fontes oficiais e acadêmicas de dados bem como os endereços e páginas eletrônicas das entidades acadêmicas que tratam direta ou indiretamente do desenvolvimento econômico e social.

2. Fundamentos teóricos da vertente baseada na cooperação e na solidariedade

2.1. Globalização e os fundamentos endógenos do desenvolvimento

De acordo com Ferrer, para mobilizar a criatividade de uma sociedade é preciso a existência de relações sociais e institucionais propícias para acumular capital, conhecimentos e capacidade organizativa de recursos, visto que a globalização não elimina os fundamentos endógenos do desenvolvimento e, mais do que isto multiplica desafios e oportunidades que a existência dessa ordem global apresenta.

Isto significa que a globalização, não pode ser entendida como um processo irreversível e irresistível que tende a eliminar todas as fronteiras e barreiras econômicas. Este entendimento só favorece àqueles que defendem o “livre mercado” como a única solução para todos os problemas econômicos. Afinal, a globalização pode ser humanizada com políticas compensatórias e alguns de seus impactos sobre os setores produtivos minimizados com políticas setoriais.

É cômodo, atribuir á globalização a opção pela ênfase ao capital, ao encolhimento do Estado e ao determinismo econômico. A globalização nesse sentido estrito é mais uma ideologia do que um processo real e inevitável. Ela serve para justificar, através da tese de inexorabilidade da abertura da economia e da necessidade da implementação do Estado mínimo, a adoção do modelo liberal em escala internacional. Tal ideologia é definida por Ferrer como a “visão fundamentalista da globalização”, segundo a qual os dilemas referentes ao desenvolvimento no mundo global desapareceram considerando-se que as decisões principais cabem não às sociedades e aos Estados nacionais e sim aos agentes transnacionais, passando a mensagem de que atualmente a única diretriz a fazer é adotar políticas amistosas para os mercados.

2.2. As vantagens competitivas para o alcance do desenvolvimento

Porter² enfatiza que em tempos de competição global constitui um paradoxo o fato de,

teoricamente, o local ainda ser considerado uma fonte de vantagem competitiva. Mercados globais abertos, transporte rápido, e comunicações de alta velocidade deveriam permitir a qualquer empresa o fornecimento de qualquer insumo de qualquer lugar a qualquer hora.

Este autor ainda explica como os agrupamentos afetam a competição de três formas: primeira, aumentando a produtividade das empresas situadas na área; segunda, dirigindo a direção e o ritmo da inovação; e terceira, estimulando a formação de negócios novos dentro do agrupamento. Proximidade geográfica, cultural, e institucional proporciona para as empresas: acesso especial; relações mais próximas; informações mais precisas; incentivos poderosos; e outras importantes vantagens. Porter desafia o conhecimento convencional descrevendo: como devem ser configuradas as empresas, as instituições e principalmente as universidades as quais podem contribuir para o sucesso competitivo. Informa também como os governos podem promover o desenvolvimento econômico e a prosperidade. O agrupamento gera massa crítica regional capaz de tornar sem sentido a justificativa da localização baseada em vantagens fiscais.

2.3. Capital Social

Ao final dos anos de 1970, setores mais desenvolvidos da economia italiana, como calçados, móveis, objetos de cerâmica e têxteis, caracterizados por pequenas e médias empresas aglomeradas em limitados espaços geográficos, passaram a demonstrar maior desempenho e inserção internacional do que as grandes empresas localizadas no Triângulo Industrial Italiano formado pelo eixo Milão-Gênova-Turim³. Ainda segundo Putnam, Milão e Bolonha, na Itália, têm mais prosperidade econômica e melhores governos do que Palermo e Cosenza, porque no Norte da Itália existem mais geração e reprodução de Capital Social do que no Sul.

Putnam conclui que naquelas cidades italianas com prosperidade econômica e boa governança, havia uma história de organização da sociedade civil. Este fenômeno não ocorria nas localidades com baixos índices de desenvolvimento, onde a sociedade civil foi menos ativa. O suposto de Putnam é o que uma sociedade civil mais ativa, conseqüentemente mais confiante e mais propensa à cooperação é mais capaz de criar novas instituições, no sentido que Douglass North⁴ dá ao termo e de prosperar de modo equilibrado com avanços simultâneos no tecido produtivo e no tecido social.

O autor defendia que a presença de uma sociedade civil marcante era um fator que acompanhava o nível de desenvolvimento. Altos níveis de desenvolvimento correspondem, assim, a um alto estoque de capital social. Baixos níveis de desenvolvimento significam baixo estoque de capital social. O capital social seria, portanto um fator intangível, mas, percebível, que levaria à cooperação ampliada socialmente⁵. Todos os setores produzem capital social; mas, a sociedade civil é quem mais produz. Neste sentido, para a cooperação ensejada pelo capital social seria o primeiro fator para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento. Para que esse ambiente se forme e permaneça existindo ao longo do tempo é necessário que se instale na coletividade algo como uma cultura de “cooperatividade sistêmica”.

A cooperação faz as pessoas permanecerem juntas, inclusive em empresas, independentemente da motivação proveniente do salário que recebem ou do lucro que auferem. A cooperação não pode prosperar se as pessoas se relacionam apenas de maneira vertical, como uma pirâmide, numa cadeia de subordinação.

O padrão vertical de organização, a subordinação e a dependência impedem a geração, a acumulação e a reprodução do Capital Social. Para Putnam, o padrão horizontal de organização, no qual as pessoas se vinculam umas às outras, sendo interdependentes, é necessário para que o Capital Social possa ser gerado, acumulado e reproduzido.

A estratégia de desenvolvimento local integrado e sustentado, (DLIS), adotada em centenas de localidades por todas as regiões do Brasil, associada com a atuação de agentes de desenvolvimento, constitui uma aplicação do conceito de capital social e foi formulada e desenvolvida, principalmente, pela Agência de Educação para o Desenvolvimento (AED)⁶.

2.4. Arranjos Produtivos Locais

Com a internacionalização dos mercados e o surgimento das empresas globais, emergiu o interesse pelos estudos das aglomerações econômicas na forma de distritos industriais italianos, fenômeno que foi chamado de “Terceira Itália” e também estudado por Putnam. A análise desse fenômeno levou a ações de governo no Brasil mediante programas de fomento de Arranjos Produtivos Locais (APLs).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, (SEBRAE, 2006) define como APLs **aglomerações de empresas** localizadas em um **mesmo território**, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. Um Arranjo Produtivo Local é caracterizado pela existência da **aglomeração de um número significativo de empresas** que atuam em torno de uma atividade produtiva principal. Para isso, é preciso considerar a dinâmica do **território** em que essas empresas estão inseridas, tendo em vista o número de postos de trabalho, faturamento, mercado, potencial de crescimento, diversificação, entre outros aspectos. Desse modo os maiores benefícios derivados da localização nesses aglomerados parecem ter origem na interação entre os processos de cooperação e competição.

A organização de um Arranjo Produtivo Local (APL) constitui uma alternativa para se obter crescimento econômico a partir de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada. O objetivo de tais organizações é dinamizar as estruturas empresariais de determinadas regiões gerando renda e emprego. Os APLs abrangem uma rede de indústrias altamente concentradas, em sua maioria, de pequenas e médias empresas, trabalhando de forma cooperada, com tecnologias de produção flexíveis e capazes de responder rapidamente às mudanças de mercado. Nem todas as aglomerações produtivas no Brasil possuem condições de serem chamadas de APLs; pode-se dizer que existe certa liberalidade conceitual que aceita, por exemplo, considerar APL uma aglomeração sem atmosfera de distrito industrial no sentido “marshalliano”.

2.5. Economia Social e Solidária

A economia solidária, segundo Singer, é:

[...] um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo).⁷

Os princípios básicos da economia solidária são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, e a sua forma mais comum de organização é a cooperativa de produção, cuja gestão é feita pelos próprios trabalhadores. Conforme se conclui do pensamento que economia solidária ressurgiu no meio da crise do trabalho e se revela uma solução surpreendentemente efetiva⁸. Segundo Lechat:

A concepção de economia social, ao lado das associações sem fins lucrativos, inclui um tipo de empresa, as cooperativas que, difundidas no mundo inteiro, encarnam, muitas vezes há mais de 150 anos, a busca de uma terceira via entre o capitalismo e o centralismo de Estado. Além disto, incorpora um outro tipo de organização, as mutualidades que, estão também muito presentes em vários países, desempenham ou vão desempenhar um papel central na organização da saúde e da previdência social. Assim, resumindo, o terceiro setor pode ser apresentado como constituído por três grandes componentes, as cooperativas, as organizações mutualistas e as organizações sem fins lucrativos (essencialmente associações).⁹

3. Tipos de desenvolvimento regional no território brasileiro

Segundo Dulci, distinguem-se na cena histórica brasileira quatro vias de desenvolvimento regional.

Uma é a que corresponde à experiência paulista, baseada em fatores de mercado. Uma segunda é a de regiões que se dinamizaram como um desdobramento da economia paulista. O impulso foi também dado pelo mercado, mas de fora para dentro. Casos típicos são os do Paraná e de Goiás, mais recentemente o do Mato Grosso do Sul, sem contar algumas áreas de Minas Gerais adjacentes a São Paulo (o sul de Minas e o Triângulo Mineiro).

No outro extremo, temos o Nordeste e a Amazônia, vasta porção do território brasileiro situada em posição nitidamente periférica $\frac{3}{4}$ em relação ao eixo industrial do Sudeste $\frac{3}{4}$ e, portanto com baixo potencial de crescimento segundo a lógica do mercado. Nesse caso, para recuperar seu atraso, seriam necessárias iniciativas no campo político-institucional. E essas viriam de fora, do governo federal, movido por motivos estratégicos de cunho nacional. (...) Temos, por fim, um quarto modelo de desenvolvimento regional, correspondente às áreas da federação que buscaram fórmulas intermediárias no que diz respeito à equação mercado-Estado. Encaixam-se nesse padrão diversos estados do Centro-Sul, como Minas Gerais e o Rio Grande do Sul. Dispondo de certo potencial de expansão econômica, a recuperação do atraso era buscada pelo manejo de recursos políticos e institucionais. O fator diferencial, porém, era a iniciativa interna do processo em contraste com o modelo do Nordeste e da Amazônia, pois o menor grau de atraso não justificaria, por si mesmo, ações estratégicas do governo federal.¹⁰

Para Dulci, “o ponto de interrogação diz respeito às condições (políticas, antes de tudo) para iniciar e levar adiante fórmulas consistentes de desenvolvimento, o que é uma variável importante na análise de cada caso”. O autor na sua análise abstrai a dimensão cultural, promotora da criação de instituições no sentido que Douglass North¹¹ dá às mesmas, que dinamizam a sociedade civil e que estiveram muito mais presentes no Sul, no terceiro tipo, graças à colonização de povoamento, entrada de imigrantes não ibéricos, nos estados de Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

4. Estratégias de desenvolvimento local no Brasil

As estratégias de desenvolvimento local podem ser sintetizadas a partir de Juarez de Paula¹², segundo o qual o DLIS foi uma proposta que surgiu durante o governo Fernando Henrique Cardoso para induzir o desenvolvimento de pequenos municípios. Para **Juarez de Paula**, do total de 5.561 municípios brasileiros, cerca de 5.100 têm menos de 50 mil habitantes e uma economia pouco dinâmica. A proposta com o DLIS era tentar criar um movimento nestes municípios que reunisse tanto o poder público quanto o empresariado local e as ONGs para identificar as potencialidades e dinamizá-las.

Estes programas foram substituídos em parte pelo Programa Fome Zero do Governo Lula, cuja concepção é baseada em duas etapas: a primeira, considerada emergencial, para atender a questão da fome, garantindo acesso aos alimentos para toda a população, transformou-se numa política de transferência de renda, que seria a Bolsa Família; já a segunda etapa seria estruturante e envolveria ações para a geração de ocupação e de renda. Nesta segunda etapa, o agente mais atuante segundo o autor seria o Sebrae. O autor, porém, argumenta que o Programa Fome Zero ainda não entrou fortemente nesta segunda dimensão. **Para promover o desenvolvimento local no Brasil, O Estado seria o ator com maior capacidade de integrar os demais que interferem no desenvolvimento.** Este processo exige a interação de muitos atores, além de órgãos de capacitação e de consultoria. Além disso, ainda segundo Paula, **nas** regiões mais dinâmicas, o mercado encontra uma saída porque ali há uma convergência muito grande entre consumidores e empresas, e a própria dinâmica do mercado já facilita o processo de desenvolvimento. Entretanto, nas regiões onde há carência de infra-estrutura e não há mercados consumidores fortes, as empresas não se interessam em investir, sendo necessário

implementar ações que atraiam negócios e os fortaleçam nestas regiões. Para que isso aconteça, os **atores locais** têm que ter visão estratégica para que mobilizados, sejam capazes de reconhecer as potencialidades do seu território em gerar planos de desenvolvimento local, cabendo a eles mesmos gerenciarem tais planos. Com ações locais organizadas de diferentes formas (fóruns, consórcios, pólos, pactos regionais), surgem organizações com a representação de diferentes instituições do território e que constroem um consenso sobre qual a direção e adquirir autonomia depois.

5. Estratégias de desenvolvimento da Bahia até 2006

5.1. Desenvolvimento da Bahia baseado na ótica do capital

Pelo menos desde a década de 1990 nas estratégias de desenvolvimento da Bahia predominava a visão de desenvolvimento que privilegia a atração de investimentos. Segundo Ferraz, existe uma relação que contribui para entender como os empresários e Governo tentam pavimentar, no Estado da Bahia, o caminho em direção à Sociedade Competitiva:

Ao longo dos anos 90, o Governo do Estado da Bahia vem modificando a institucionalidade estatal e sua política para o desenvolvimento sócio-econômico em direção às demandas atuais do Capital, que passa também pela privatização do fundo público e pelo avanço do *ethos* empresarial no cotidiano.¹³

O autor identifica também algumas tendências sobre as atuais transformações do estado e do modelo de desenvolvimento na Bahia que possam atenuar a busca do desenvolvimento pela ótica do empresário e do capital e manifesta sua esperança de que possam vir a ter um conteúdo vinculado a uma proposta de real desenvolvimento social para todos.

5.2. O papel de destaque dado à “Guerra Fiscal”

Ferraz¹⁴ afirma que a guerra fiscal é fomentada pela internacionalização, na medida em que a disputa por capitais externos obriga a crescentes concessões dos estados. Na origem deste processo estão as desigualdades regionais do país e a limitação de recursos internos para investimentos capazes de atenuar tais desigualdades. As unidades da Federação normalmente participam da disputa quando consideram diminutas suas chances de atrair investimentos sem incentivos e porque a chegada de novos negócios representa criação de novos empregos, diversificação da produção local, atração de outras empresas, especialmente fornecedoras das indústrias incentivadas, o que por sua vez expande o nível de emprego e a renda da região.

Para o país no conjunto, as conseqüências são negativas: além das tensões políticas entre os estados, cabe ponderar qual o impacto social das renúncias fiscais, promovidas por governos estaduais que nem sempre estão em condições de fazê-lo sem sacrificar ainda mais suas populações¹⁵.

Segundo Diniz¹⁶, a guerra fiscal corrói as finanças públicas, compromete receitas futuras e desvia os preços relativos porque nessa guerra, ganham os estados mais desenvolvidos, com melhores condições locacionais e maior cacife financeiro e político, o que agrava as desigualdades regionais.

Ferraz¹⁷ elenca alguns efeitos: no cenário empresarial, por exemplo, as empresas multinacionais às quais se destinam os maiores incentivos, são as mais beneficiadas; as grandes empresas nacionais arranjam-se, pelo volume de vendas internas, mas perdem relativamente se não receberem incentivos; e os micro e pequenos empresários perdem em competitividade de seus concorrentes localizados nos estados que adotam esquemas de incentivo. Ainda segundo Ferraz, estabelece-se uma situação de desigualdade: enquanto algumas empresas maiores são beneficiadas, as demais são oneradas com a carga normal de impostos, que tendem a considerar muito alta por conta da má distribuição, e tendo um tratamento dos governos identificado por inadimplência com sonegação. Dessa forma, uma das

conseqüências é o avanço da economia informal, que corresponde a fatia substancial das atividades econômicas no Brasil.

Afirma Ferraz, ainda, que o principal resultado obtido com a guerra fiscal vem sendo a reconcentração da economia nacional em direção ao Centro-Sul do Brasil, de acordo com o estudo da Secretaria de Assuntos Fiscais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2000). Esse estudo, feito com base em análise do Produto Interno Bruto (PIB), relata que entre 1970 e 1985, a região Sudeste sofreu uma redução de 6,4% na participação do PIB.

O referido estudo mostra que a partir de 1985 o Sudeste aumentou sua participação no PIB da indústria geral de 66,3% para 68,9%, enquanto o Nordeste caiu de 11,2% para 7,9% no período de 1985 a 1998. Entre os estados, a maior perda nesse quesito é da Bahia, que teve sua participação reduzida de 4,2% para 2,1%. A participação de São Paulo aumentou de 46,5% para 50,6% em treze anos.

De 1989 a 1999, a participação da Bahia no ICMS Nacional caiu de 4,5% para 4,1% e entre 1985 e 1998 a sua participação no PIB total do País decresceu de 5,1% para 4,1%. Na Bahia, ao mesmo tempo em que se promovia a renúncia fiscal para as empresas que viessem a se instalar no estado, o Governo iniciava um processo de saneamento das contas públicas, reativando a fiscalização e deflagrando o combate à sonegação.

Isso porque para dar vulto à sua proposta de estímulo ao desenvolvimento via privatização do fundo público, o Governo baiano precisaria gerar, inclusive à custa da população local, um “caixa” que viabilizasse os financiamentos iniciais destinados à iniciativa privada.

Segundo Ferraz, esse processo caracterizava uma espécie de acumulação primitiva caracterizada pela expropriação da população local ao nível dos impostos, necessária ao avanço da industrialização no estado, particularmente fora da Região Metropolitana de Salvador (RMS), que compreende as seguintes cidades: Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias, Camaçari, São Francisco do Conde, Madre Deus, Itaparica, Vera Cruz e Dias D’Ávila.

6. Estratégias contemporâneas do Estado da Bahia

6.1. As Redes de Apoio aos Arranjos produtivos Locais na Bahia

No Estado da Bahia, conforme ilustra a divulgação oficial feita pela Agencia (AGECOM) em 2004:

O Governo Estadual iniciou no ano de 2003 a Rede de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais da Bahia, primeira do gênero no Brasil, resultado da parceria entre Governo, Empresas, Instituições Financeiras e Universidades visando promover uma maior articulação entre os diversos atores que realizam ações em APL. A rede é coordenada Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação (SECTI), e conta com diversos projetos em regiões distintas.¹⁸

Entre os arranjos produtivos locais destacam-se:

- Rochas Ornamentais, em Ourolândia;
- Confeções, em Salvador e Feira de Santana;
- Floricultura, em Maracás;
- Sisal, em Valente;
- Ecoturismo, em Ilhéus e Itacaré;
- Caprinovinocultura, em Jussara;
- Piscicultura, em Paulo Afonso;
- Tecnologia da Informação, na RMS e Ilhéus;
- Transformação Plástica, na RMS;
- Fruticultura, em Juazeiro.

É extremamente positiva a decisão de selecionar APLs e de criar rede de apoio pertinente, entretanto, como alerta Baiardi e Mendes¹⁹, essa iniciativa não foi devidamente analisada e debatida com a comunidade científica e empresarial e desse modo corre o risco de vir a não atender às expectativas e não reunir condição de operar como habitat da inovação.

6.2. A atração de empreendimentos industriais

O Governo da Bahia, através da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM) desenvolveu ao longo de 2005 um elenco de ações voltadas para atração de novos empreendimentos industriais, conforme divulgou a Assessoria Geral de Comunicação Social do Governo do Estado da Bahia (AGECOM, 2006) no seu boletim eletrônico.

Segundo essa fonte oficial, o Governo baiano tem como diretrizes a integração industrial e a sua interiorização e o modelo industrial baiano confere prioridade aos empreendimentos considerados estruturantes e de sinergia requeridos para o fortalecimento e consolidação dos arranjos produtivos locais.

Ainda segundo a AGECOM²⁰, o esforço governamental para atrair e promover oportunidades industriais para o Estado vem sendo apoiado por um trabalho contínuo de divulgação e valorização das condições favoráveis da Bahia, direcionadas aos empresários que, para tomada de suas decisões, analisam as vantagens locacionais e comparativas oferecidas pelo estado e não exclusivamente, os incentivos fiscais e apoios de infra-estrutura concedidos. O governo do Estado acreditava que como resultado prático dessa atuação, vem ocorrendo um processo de desenvolvimento da industrialização baiana, explicada pela opção preferencial do perfil selecionado de investidores e de suas empresas, que segundo o governo, representam líderes de seus segmentos industriais, detentoras de tecnologia, com mercados bem desenvolvidos e capacidade exportadora na grande maioria dos casos²¹.

A Bahia ocupa a primeira posição no *ranking* da indústria nordestina. Segundo dados da AGECOM²², a Bahia é o maior pólo petroquímico do Hemisfério Sul e terceiro maior produtor de celulose e de minerais e desponta com investimentos em outros setores. Até 2009, a previsão é que sejam implantados 363 novos empreendimentos industriais e outros 81 serão ampliados, por conta do crescimento da economia local.

Segundo a mesma agência, no período de 2003 a 2005, 126 empreendimentos industriais entraram em operação, gerando mais de 28 mil empregos. Muitos empreendimentos, principalmente no setor automobilístico, vieram em função da implantação no estado de uma fábrica da montadora Ford, considerada a mais moderna do mundo e que teve como investimento inicial US\$ 1,9 bilhão, gerando cinco mil empregos, alcançando no ano passado a produção de 247 mil automóveis e o impacto de US\$ 872 milhões nas exportações baianas. Além do setor de automóveis, outros segmentos industriais, como pneumáticos, calçados, móveis, informática, agroindústria, alimentos e bebidas, têxtil, naval, cosméticos e perfumaria fazem parte da matriz industrial baiana.

No setor de pneus, destaca-se a implantação de duas novas fábricas no município de Camaçari: a Continental e a Bridgestone. A Pirelli também investiu na ampliação de sua unidade em Feira de Santana. O “investimento conjunto das três empresas soma US\$ 600 milhões”. No setor de papel e celulose, os principais investimentos são da Veracel e da Bahia Sul Celulose, no sul do estado. O investimento das duas empresas alcança US\$ 2,25 bilhões. O grupo Bahia Pulp também vai ampliar a indústria no Pólo Petroquímico visando a produção de celulose solúvel para uso industrial²³.

7. Indicadores econômicos e sociais

Dois indicadores foram selecionados para análise: o primeiro foi o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que mede o nível de desenvolvimento humano dos países, estados e cidades, utilizando como critério a educação, ou seja, alfabetização e taxa de matrícula, a longevidade, que seria a média de vida ao nascer e a renda per capita (PIB). O segundo foi o taxa de desemprego da Região

Metropolitana de Salvador.

7.1. Índice de Desenvolvimento Humano

Tabela 1: Índice de desenvolvimento humano BRASIL - IDH POR ESTADOS EM 1991 E 2000

	Estados	IDH em 1991	IDH em 2000
1°	Distrito Federal	0,799	0,844
2°	Santa Catarina	0,748	0,822
3°	São Paulo	0,778	0,820
4°	Rio Grande do Sul	0,753	0,814
5°	Rio de Janeiro	0,753	0,807
6°	Paraná	0,711	0,787
7°	Mato Grosso do Sul	0,716	0,778
8°	Goiás	0,700	0,776
9°	Mato Grosso	0,685	0,773
10°	Minas Gerais	0,697	0,773
11°	Espírito Santo	0,690	0,765
12°	Amapá	0,691	0,753
13°	Roraima	0,692	0,746
14°	Rondônia	0,660	0,735
15°	Pará	0,650	0,723
16°	Amazonas	0,664	0,713
17°	Tocantins	0,611	0,710
18°	Pernambuco	0,620	0,705
19°	Rio Grande do Norte	0,604	0,705
20°	Ceará	0,593	0,700
21°	Acre	0,624	0,697
22°	Bahia	0,590	0,688
23°	Sergipe	0,597	0,682
24°	Paraíba	0,561	0,661
25°	Piauí	0,566	0,656
26°	Alagoas	0,548	0,649
27°	Maranhão	0,543	0,636

Fonte: PNUD – BRASIL.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento¹, o objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano [Amartya](#)

Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da “felicidade” das pessoas, nem indica “o melhor lugar no mundo para se viver”. Sen, afirma que é difícil resistir á tentação de não tomar como base o crescimento do PIB

Segundo esses dados divulgados em 2003 no Atlas sobre o desenvolvimento humano dos estados e cidades brasileiras (tabela 1), o Distrito Federal ficou na primeira posição, seguido de Santa Catarina e São Paulo. O estado com maior destaque foi Santa Catarina que nesse período, passou de quinto para segundo lugar, perdendo apenas para o Distrito Federal, que em 1991 possuía um IDH igual a 0,799 e em 2000 estava com 0,844.

Considerando um indicador similar, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), (tabela 2) os Estados que mais aumentaram o índice, entre 1991 e 2000, foram, respectivamente, o Ceará (passou de 0,597 para 0,699), Alagoas (de 0,535 para 0,633), Maranhão (de 0,551 para 0,647). Por outro lado, os que menos cresceram foram: Distrito Federal (de 0,798 para 0,844), São Paulo (0,773 para 0,814) e Roraima (0,710 para 0,749). Os Estados que mais subiram no ranking foram o Ceará (subiu da 23ª para a 19ª posição) e o Mato Grosso (da 12ª para a 9ª posição). Rondônia, Tocantins, Bahia e Goiás ganharam duas posições cada um. Os que mais caíram no ranking foram Roraima (da 8ª para 13ª posição), Amazonas (da 14ª para 17ª) e Acre (18ª para 21ª). Sergipe e Pernambuco perderam duas posições cada. Os demais estados ou permaneceram na mesma colocação ou tiveram variação de uma posição para mais ou para menos.

Tabela 2: IDH POR ESTADOS, 1991 E 2000, RANKING E VARIAÇÃO

UF	IDH-M	IDH-M	Variação no IDH-M	RANKING	RANKING	Variação no rank
	1991	2000	1991-2000	1991	2000	1991-2000
Distrito Federal	0,798	0,844	0,047	1	1	0
São Paulo	0,773	0,814	0,041	2	2	0
Rio Grande do Sul	0,757	0,809	0,052	3	3	0
Santa Catarina	0,740	0,806	0,066	5	4	1
Rio de Janeiro	0,750	0,802	0,052	4	5	-1
Paraná	0,719	0,786	0,067	6	6	0
Goiás	0,707	0,770	0,062	9	7	2
Mato Grosso do Sul	0,712	0,769	0,057	7	8	-1
Mato Grosso	0,696	0,767	0,071	12	9	3
Espírito Santo	0,698	0,767	0,068	10	10	0
Minas Gerais	0,698	0,766	0,068	11	11	0
Amapá	0,691	0,751	0,061	13	12	1
Roraima	0,710	0,749	0,039	8	13	-5
Rondônia	0,655	0,729	0,074	16	14	2
Tocantins	0,635	0,721	0,086	17	15	2
Pará	0,663	0,720	0,057	15	16	-1
Amazonas	0,668	0,717	0,049	14	17	-3
Rio Grande do Norte	0,618	0,702	0,084	19	18	1
Ceará	0,597	0,699	0,102	23	19	4
Bahia	0,601	0,693	0,092	22	20	2
Acre	0,620	0,692	0,072	18	21	-3
Pernambuco	0,614	0,692	0,077	20	22	-2
Sergipe	0,607	0,687	0,080	21	23	-2
Paraíba	0,584	0,678	0,094	25	24	1
Piauí	0,587	0,673	0,086	24	25	-1
Maranhão	0,551	0,647	0,096	26	26	0
Alagoas	0,535	0,633	0,098	27	27	0

Fonte: PNUD – BRASIL.

Referindo-se a esses dados, o ex-governador Paulo Souto afirmou em seu discurso, na oportunidade do lançamento da publicação *Bahia: Dois Anos em Revista – 2003/2004*, que: “Se fosse medido este ano [2005], o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) revelaria uma transformação muito forte e rápida na Bahia em comparação a 2000, última vez que foi aferido o indicador”.

7.2. Taxa de Desemprego

No caso da Bahia a taxa de desemprego deve ser considerada um indicador-chave. Se for considerado o período de 1997 a 2004 os índices continuam elevados. Nesse período a taxa de desemprego aumentou 18,1% embora deva ser registrado que em 2004, mesmo sendo de 25,5%, pela primeira vez o índice recuou em relação ao anterior. Na Região Metropolitana de Salvador (RMS) em 2006, (tabela 3) em maio a taxa de desemprego foi de 24,4% e para os demais municípios

de 28,0%. Uma das explicações para a permanência da taxa de desemprego nesse patamar pode estar na política econômica nacional que não criou as condições necessárias para a geração de empregos necessários.

Tabela 3: TAXA DE DESEMPREGO TOTAL NO PERÍODO JANEIRO A MAIO DE 2006 NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR E DEMAIS MUNICÍPIOS

MESES	RMS	DEMAIS MUNICÍPIOS
JANEIRO	23,7	25,6
FEVEREIRO	23,8	26,0
MARÇO	24,7	27,4
ABRIL	24,4	28,1
MAIO	24,4	28,0

FONTE: SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

De fato, segundo o estudo Crescimento Pró-Pobre: o Paradoxo Brasileiro, elaborado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas e pelo Centro Internacional de Pobreza (2005), um componente do PNUD com sede em Brasília, o papel dos programas de benefício social foi fundamental para o crescimento da renda e não do emprego. Entre 1995 e 2004, a renda proveniente do trabalho recuou 1,49% ao ano. Mas houve aumento na renda via Seguridade Social (3,25% ao ano) e outros programas (5,77%, com salto de 13,26% entre 2001 e 2004). Essa situação não pode ser sustentável. A renda *per capita* no país recuou no período de 1995 a 2004, mas a pobreza e a desigualdade também caíram.

No primeiro trimestre de 2007 (tabela 4), os números são menores, embora apresentem leve tendência de alta. Em março na RMS em 2006, a taxa era 24,7% e caiu para 22,9%; o comportamento foi semelhante nos demais municípios: caiu de 27,4% para 25,7%.

Tabela 4: TAXA DE DESEMPREGO TOTAL NO PERÍODO JANEIRO A MARÇO DE 2007 NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR E DEMAIS MUNICÍPIOS

MESES	RMS	DEMAIS MUNICÍPIOS
JANEIRO	22,1	24,9
FEVEREIRO	22,3	23,9
MARÇO	22,9	25,7

FONTE: SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Os dados do IBGE/PNAD confirmam a persistência e agravamento do desemprego. Como se observa nas tabelas 5 e 6 a seguir, a taxa de desocupação (número de desocupados / população economicamente ativa) que em 1995 era de 6,7 %, saltou em 2004 para 10,5%. Coerente com essa constatação observa-se que a classe de renda das pessoas com rendimentos de até um salário mínimo que em 1995 representavam 44,5% do total das pessoas com 10 anos ou mais de idade em 2004 aumentou para 56,9%.

Tabela 5: POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA E ECONOMICAMENTE ATIVA BAHIA, 1995, 2003 E 2004

Especificação	1995	2003	2004
População em Idade Ativa (PIA) (mil)	9822	10.905	11.091
PIA sobre a população total (%)	77,4	80,4	80,9
População Economicamente Ativa (PEA) (mil)	6.044	6.697	6.956
PEA sobre a população total (%)	47,6	49,3	50,8
Taxa de atividade (PEA/PIA) (%)	61,5	61,4	62,7
Taxa de desocupação (desocupados/PEA) (%)	6,7	9,8	10,5

Fonte: IBGE/PNAD.

Tabela 6: PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDA. BAHIA, 1995, 2003 E 2004

Classes de renda (em salários mínimos)	1995	2003*	2004*
Pessoas com rendimentos (em mil) **	5.066	6.669	6.847
Distribuição (%)			
Até 1	44,5	60,7	56,9
Mais de 1 a 2	28,1	21,7	25,6
Mais de 2 a 3	10,6	7,3	6,6
Mais de 3 a 5	7,4	5,3	5,6
Mais de 5 a 10	5,6	3,0	3,4
Mais de 10 a 20	2,4	1,4	1,4
Mais de 20	1,3	0,7	0,4
Pessoas sem rendimentos (em mil)	4.621	4.155	4.140

Fonte: IBGE/PNAD; * Valores calculados a partir do rendimento nominal mensal médio em salários mínimos vigentes. ** Inclusive as pessoas que recebem somente em benefícios.

8. Apoio para atração de empreendimentos

Dentre as funções que cabem ao Estado se situa, além da de recolher e cobrar impostos, a função de criar bem estar, tornando a distribuição de riquezas menos iníqua, menos concentrada entre as pessoas, regiões ou grupos e a função reguladora, na qual, através de um marco institucional (conjunto de regras e normas) controla a atividade econômica, protegendo empresas e consumidores do estado.

O Estado deve desempenhar essas funções obedecendo aos dispositivos constitucionais que tratam do compromisso com a liberdade econômica, uma vez que se trata de uma economia de mercado e a concorrência saudável deve ser preservada.

O investidor por sua vez, se identifica e considera viável uma oportunidade de investimento na Bahia, é porque acredita que virá o retorno de seu capital nas taxas e prazos compatíveis com suas expectativas. Assim, concessões são feitas aos empresários de fora do estado com a justificativa técnica de que seus investimentos irão gerar emprego e renda.

Entretanto, cabem alguns questionamentos: os embriões de empreendimentos ou atividades locais com potenciais de crescimento não devem ser fortalecidos? As empresas localizadas no estado que já estão gerando emprego e renda não merecem concessões? Em um mesmo segmento, criar

empregos novos e deixar desaparecer empregos existentes, não significa um jogo de resultado zero?

O empresário local além de não contar com os benefícios dos incentivos fiscais, creditícios e materiais, enfrenta: caos tributário, burocracia, infra-estrutura deficiente e a dificuldade para que seja beneficiário das políticas de desenvolvimento.

9. Considerações finais

Duas constatações se destacaram nesse trabalho. A primeira: em termos de IDH sugerindo que a Bahia está situada entre os sete piores estados, segundo números do ano 2000. A segunda evidenciando que as taxas recentes de desemprego são superiores as de 1997. Isto significa que as estratégias prevaletentes não foram suficientes para melhorar os padrões sociais (dados até 2000) e nem para reduzir o desemprego (dados de 2004, para o estado como um todo e dados de maio de 2006, para a Região Metropolitana de Salvador).

A geração de emprego e renda não é função exclusiva das estratégias de desenvolvimento estaduais e sim também condicionada e potencializada por variáveis nacionais e internacionais. Assim, não podem ser ignorados os efeitos da política econômica nacional e nem as enormes transformações tecnológicas globais nas ultimas décadas.

Com efeito, a política antiinflacionária do período 1995-2002 foi centrada no Plano Real, que possuía instrumentos como (a) a taxa de cambio fixa até 1999 (âncora cambial) e (b) redução das tarifas de importação, instrumentos que desestimulavam a geração e a manutenção do emprego quando facilitavam a entrada de mercadorias do exterior provocando um choque de competitividade. A liberação da força do trabalho por conta do desemprego estrutural ou tecnológico ocorreu quando o empresário local resistiu a esse choque e se modernizou ou quando não resistiu e fechou as portas.

As transformações tecnológicas globais decorrentes da necessidade de expansão do capital, inegavelmente elevaram a produtividade dos recursos e reduziram o emprego quando provocaram o surgimento de novos produtos e novos processos produtivos dos mesmos produtos; e novos serviços e novas formas de prestação dos mesmos serviços.

Pode-se concluir, a partir desses resultados, que a atração dos empreendimentos para o estado poder ter sido necessária, mas não foi suficiente para a melhoria do desenvolvimento humano e assim sugere-se a necessidade de valorizar alternativas que enfatizem os mecanismos locais, a cooperação e a solidariedade.

Por outro lado, é necessário investigar em que medida os indicadores sociais poderiam ser melhores se a vertente da via alternativa para o desenvolvimento sustentável tivesse recebido prioridade, se a cooperação e a solidariedade fossem privilegiadas.

Seriam melhores os resultados se a formação do capital social e as vertentes alternativas de desenvolvimento, que contemplam mecanismos locais, como as APLs (que já vêm sendo implementados), cooperativas, e demais entidades da economia social e solidária, tivessem exercido um papel mais central na estratégia estadual?

O capital, ou a sua escassez no empresariado baiano, a limitada capacidade empresarial, as políticas restritivas, estaduais e federais explicam a debilidade da base produtiva com raízes internas?

Respostas categóricas a essas questões só podem ser dadas após uma análise mais profunda do tema, mas, é certo que implantar estratégias alternativas demanda ambientes favoráveis para prosperarem: cooperação, confiança nas instituições, convergência de propósitos, conciliação e crença em valores sociais harmônicos com a maioria da sociedade.

Empreendedores locais concorrem aparentemente em iguais condições, mas, ao se examinar as vantagens que possuem as multinacionais, os grandes grupos de fora do estado, percebem-se as desvantagens que enfrentam os empresários locais e o quanto é desigual essa disputa.

Os empresários locais efetivamente contribuem para a desconcentração, distribuição e retenção no estado das riquezas e para a integração da cadeia produtiva, estimulando os vários tipos de agentes e as diferentes frações de capital já existentes. Assim, a persistência da ênfase ao apoio ao grande capital só se explica pela ótica estritamente econômica, porque do ponto de vista da sociedade ela é

inaceitável. Devem ser igualmente valorizadas as estratégias que contemplem diretrizes que fortaleçam empresas cooperativas; empresas autogeridas por trabalhadores; microcrédito por meio de bancos oficiais, cooperativos ou comunitários; redes de produção solidária e demais organizações não governamental.

Notas

¹ Doutorando em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS. Professor Assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

² Pós-Doutorado em Política de Ciência e Tecnologia, Florença, Itália, 1993-1994 e Doutor em Ciências Humanas, na Área de Economia, UNICAMP, 1983-1986; Professor Titular da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB.

³ FERRER, Aldo. *Hechos y Ficciones de la Globalización*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

⁴ PORTER, M.E. *Competição: estratégias competitivas essenciais*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

⁵ PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

⁶ NORTH, D. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990; *Institutions. Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, p. 97-112; *Economic performance through time*. Washington: Washington University St. Louis, 1993.

⁷ PUTNAM, Robert, *op. cit.*

⁸ FRANCO, Augusto. *Capital Social*. Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Brasília: Instituto de Política: Millennium, 2001.

⁹ SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 11-28

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ LECHAT, Noelle M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, 20 de março de 2002.

¹² DULCI, Otávio S. Guerra Fiscal, Desenvolvimento Desigual e Relações Federativas no Brasil. *Revista de Sociologia Política*, n. 18, jun. 2002, p. 98.

¹³ NORTH, Douglass, *op. cit.*

¹⁴ INSTITUTO CIDADANIA. Entrevista com Juarez de Paula, Gerente Desenvolvimento Local Sebrae, julho 2005, Santa Catarina.

¹⁵ FERRAZ, Cristiano Lima. Empresários e Governo do Estado da Bahia: em direção a uma sociedade mais competitiva. *Trabalho Necessário*, ano 03, n. 3, 2005, p. 31.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ DINIZ, C. C. 2000. A nova geografia econômica do Brasil. In: VELLOSO, J. P. R. (org.). *Brasil 500 anos: futuro, presente, passado*. Rio de Janeiro: José Olympio.

¹⁹ FERRAZ, Cristiano Lima, *op. cit.*

²⁰ ASSESSORIA GERAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA (AGECOM). Bahia terá US\$ 16,6 milhões para ciência e tecnologia. Disponível em www.agecom.ba.gov.br/informes. Acesso em 12 de junho de 2006.

²¹ BAIARDI, A; Mendes, J. Os APLs como habitats da inovação: potencial e possibilidades no caso da Bahia. In: *IX Seminário de Modernização Tecnológica e Periferia*, 2005, Recife. Anais do IX Seminário de Modernização Tecnológica e Periferia. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. v. 1, 2005, p. 79-98.

²² ASSESSORIA GERAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA (AGECOM), *op. cit.*

²³ *Ibidem*.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD), Desenvolvimento humano e IDH. Disponível em: <http://www.undp.org.br>. Acesso em 12 de junho de 2006.

Referências bibliográficas

ASSESSORIA GERAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA (AGECOM). *Bahia terá US\$ 16,6 milhões para ciência e tecnologia*. Disponível em: www.agecom.ba.gov.br/informes. Acesso em 12 de junho de 2006.

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. *Relatório de Atividades de 1991*. Mensagem do Governador. Salvador, Bahia fevereiro de 1992, p. VII.

BAIARDI, A; Mendes, J. *Os APLs como habitats da inovação: potencial e possibilidades no caso da Bahia*. In: IX Seminário de Modernização Tecnológica e Periferia, 2005, Recife. Anais do IX Seminário de Modernização Tecnológica e Periferia. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. v. 1, 2005, p. 79-98.

DINIZ, C. C. A nova geografia econômica do Brasil. In: VELLOSO, J. P. R. (org.). *Brasil 500 anos: futuro, presente, passado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

DULCI, Otávio S. Guerra Fiscal, Desenvolvimento Desigual e Relações Federativas no Brasil. *Revista de Sociologia Política*, n. 18, jun. 2002, p. 95-107.

_____. Itinerários do Capital e seu Impacto no Cenário Inter-regional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 17, out. 2002, p. 89-102.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA FIEB – Departamento de Economia. *Industrialização na Bahia: construindo uma nova estratégia*. Salvador: Fieb, 1995.

FERRAZ, Cristiano Lima. Empresários e Governo do Estado da Bahia: em direção a uma sociedade mais competitiva. *Trabalho Necessário*, ano 03, n. 03. 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/Cristiano%20TN3.htm>.

_____. *Metamorfose do Industrialismo no Estado da Bahia: Estado Produção e Formação Humana*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação – mestrado e doutorado – da Universidade Federal Fluminense, campo de confluência Trabalho e Educação. Niterói-RJ, 2002.

FERRER, Aldo. *Hechos y Ficciones de la Globalización*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

FOLHA DE SÃO PAULO. Disputa concentra economia, diz BNDES. *Seção Brasil*, ano 80, n. 25.890, p. 15. São Paulo, 20 de fevereiro de 2000.

_____. Evolução da Participação dos Estados no ICMS Brasileiro. Evolução da Participação dos Estados no PIB Brasileiro. *Seção Brasil*, ano 80, n. 25.890, p. 14. São Paulo, 20 de fevereiro de 2000.

FRANCO, Augusto. *Capital Social. Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy*. Brasília: Instituto de Política: Millennium, 2001.

GAIGER, L. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, L. (Org.). *Formas de combate e de resistência à pobreza*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996, p. 101-126.

INSTITUTO CIDADANIA. Entrevista com Juarez de Paula, Gerente Desenvolvimento Local Sebrae, julho 2005, Santa Catarina.

LECHAT, Noelle M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, 20 de março de 2002.

NORTH, D. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. *Institutions*. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, p. 97-112

_____. *Economic performance through time*. Washington: Washington University St. Louis, 1993.

PORTER, M.E. *Competição: estratégias competitivas essenciais*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Desenvolvimento humano e IDH*. Disponível em: <http://www.undp.org.br>. Acesso em 12 de junho de 2006.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). *Arranjos Produtivos Locais*. Disponível em: www.sebrae.com.br/br/osebrae/o_sebrae.asp. Acesso em 16 de junho de 2006.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 11-28.